

ACTA Nº 04/2006

ACTA DA SEGUNDA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE ABRIL DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO, REALIZADA NO DIA TREZE DE ABRIL DO ANO DOIS MIL E SEIS. -----

Aos treze dias do mês de Abril do ano dois mil e seis, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Ílhavo no Salão Nobre dos Paços do Município, para realizar a segunda reunião da Sessão de Abril, destinada à análise dos seguintes pontos da Ordem do Dia: -----

Ponto 3 - Análise e Votação da Prestação de Contas – Relatório e Contas (Conta de Gerência da CMI/2005); -----

Ponto 4 - Apreciação e Votação da Primeira Revisão às Grandes Opções do Plano e ao Orçamento CMI 2006; -----

Ponto 5- Apreciação e Votação da adesão do Museu Marítimo de Ílhavo / Câmara Municipal de Ílhavo à *Internacional Congress of Maritime Museums*. -----

COMPOSIÇÃO DA MESA. -----

A mesa ficou constituída pelo seu Presidente, António Francisco das Neves Vieira e pelo primeiro e segundo secretários, Carlos Sarabando e Dinis Gandarinho. -----

PRESENÇA DO EXECUTIVO. -----

Por parte do Executivo estiveram presentes nesta reunião o Presidente e Vereadores da Câmara Municipal. -----

FALTAS -----

Josué Teixeira, apresentou um pedido de justificação de falta nesta reunião, por motivos profissionais. Por esse motivo é substituído pelo que se lhe segue na lista, João Canha Lopes. -----

Domingos Vilarinho, apresentou um pedido de justificação de falta nesta reunião, por motivo de ausência em serviço. Por esse motivo é substituído pelo Júlio Merendeiro, Tesoureiro da Junta. -----

Maria de Lurdes Vieira, apresentou um pedido de justificação de falta nesta reunião, por motivos de internamento hospitalar. Por esse motivo é substituída, pelo que se lhe segue na lista, Hernâni Santo. -----

Cláudia Santos, apresentou um pedido de justificação de falta nesta reunião, por motivos profissionais. Por esse motivo é substituído, pelo que se lhe segue na lista, Manuel Augusto Soares. -----

António Flôr Agostinho, apresentou um pedido de justificação de falta nesta reunião, por motivos profissionais. Por esse motivo é substituído pelo que se lhe segue na lista, David Louro. -----

Jorge Tadeu Morgado, apresentou um pedido de justificação de falta nesta reunião, por motivos profissionais. Por esse motivo é substituído pelo que se lhe segue na lista, Maria de Fátima Bola. -----

Uma vez declarada aberta a reunião pelo Presidente da Mesa, procedeu-se de imediato à chamada dos membros deste órgão, tendo-se constatado presença de: Humberto Rocha, Carlos Sarabando, Álvaro Ramos, Pedro Tróia, Mário Júlio Ramos, Irene Ribau Esteves, João Canha Lopes, David Louro, Pedro Parracho, Manuel Augusto Soares, Nuno Torres, Fernando Nascimento, José Alberto Loureiro, Francisco Grangeia, Hernâni Santo, Eduardo Ferreira, Rui Pereira, Hugo Coelho, Dinis Gandarinho, Rufino Filipe, Manuel Serra, Júlio Merendeiro e Eduardo Conde-----

A reunião teve início às 21H30. -----

PONTO 3 - Análise e Votação da Prestação de Contas – Relatório e Contas (Conta de Gerência da CMI/2005); -----Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: -----

1ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA -----

Começa por introduzir uma breve nota sumária, dizendo que o ano de 2005 foi da maior importância para o desenvolvimento e crescimento do Município. Avaliação clara disso foi o acto eleitoral de Outubro face ao trabalho de quem se recandidata e perspectiva de aposta numa solução ou numa propositura para o tempo próximo. O ano de 2005 foi um ano muito importante por si próprio e muito importante como elemento de um dos quatro anos do mandato que terminou nesse mesmo ano, sendo que também, foi o ano nos seus dois primeiros meses em que se abriu iniciou o exercício do mandato por casualmente em vigência. -----

Relativamente à realidade da situação financeira da Câmara Municipal é boa e equilibrada. A situação da dívida está perfeitamente dentro dos parâmetros de sustentabilidade financeira. Comenta que as duas notas principais a retirar do documento são: nota política da avaliação de um concelho que ganhou notoriedade, desenvolvimento, ganhou qualidade de vida para a sua gente, ganhou notoriedade no todo regional e nacional com este ano de 2005, e a verificação feita pelos textos produzidos por ele e feitos pelos técnicos dos serviços da Câmara produzem a realidade que a Câmara tem uma condição financeira boa., equilibrada, e que permite encarar o futuro próximo com toda a determinação e com toda a ambição de que tem um programa também escrito com clareza, para cumprir neste mandato até 2009. -----

1ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA. -----

O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS. -----

JOSÉ LOUREIRO: Baseado no Regimento que diz que anualmente há cinco sessões ordinárias, das quais a segunda e a quinta sessões destinam-se à apreciação do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais, e respectiva avaliação, pergunta porque é que não lhe foi entregue. Relativamente à dívida aos fornecedores comenta se as facturas emitidas até 31 de Dezembro correspondem a serviços prestados até à data ou se transitaram facturas do ano 2005 para o seguinte, visto que só é possível emitir factura após recepção de requisição. -----

Solicita ainda, que seja actualizado através do envio do balancete da Câmara, na medida em que a situação financeira em Dezembro pode ser diferente da realidade actual. -----

RUI PEREIRA: Relativamente ao Relatório e Contas de 2005, descreve algumas situações preocupantes: ampliação quase dupla da dívida a fornecedores; escolha de prioridades consoante as necessidades; despesas elevadas em festas e espectáculos, nomeadamente com Tony Carreira, em contradição com valores gastos em protocolos com as Juntas; tempo médio de pagamento das facturas e as notas de débito (serão custos e/ou juros?) das operadoras de "factoring". -----

Resume, opinando, que percebe porque uns até aliviam a carga fiscal, mesmo que propagandassem dívidas exorbitantes com intuítos eleitoralistas, e outros, aparentemente, com dívidas inferiores continuam a penalizar o município, aprovando as taxas máximas. -----

HUMBERTO ROCHA: Diz que vem mencionado no documento uma capacidade quase plena de cumprimento. No entanto quando analisada a execução financeira, verifica-se que apenas 48,9% foi pago, restando 35,8% por pagar. Assim, questiona como é possível os fornecedores, os empreiteiros aguentarem esta situação? -----

De seguida, com a análise à alínea h), onde diz que foi contraído um empréstimo de seis milhões de euros para obras, tais como: Construção do Centro Cultural de Ílhavo no valor de quatro milhões de euros, comenta que apenas foram gastos oitocentos mil euros; na construção da Piscina Municipal da Gafanha da Encarnação verifica-se o valor de 250 Euros e da qual nem fundações se vê. -----

Finaliza, dizendo que verifica que segundo o mapa de empréstimos os seis milhões já foram totalmente utilizados e por isso questiona onde é que estão as verbas em falta. -----

ÁLVARO RAMOS: Inicia a sua intervenção dizendo que o documento em análise é extremamente complexo e por isso a análise do anexo ao balanço na página 40 esclarecerá todas as dúvidas que poderão surgir. No fundo, resume que ainda não foram considerados os valores de amortização do imobilizado, para além dos indicados pela empresa, acumulados e no exercício, pelo trabalho ter-se mostrado particularmente muito complexo. -----

Chama à atenção que embora tenha havido um aumento da dívida da Câmara, o mesmo foi gradual, de 60% para 69%, tendo já havido compromisso com Bruxelas o pagamento de 4,4 mil milhões de euros em juros. -----

Em relação à Prestação de Contas de 2005 refere que é o documento demonstrativo da contabilidade pública, acrescentando que o mesmo não sanciona os documentos previsionais do tipo, GOP'S, mas justifica e sanciona a base técnico legal com que foi executado e que posteriormente serão avaliadas pelo Tribunal de Contas. Portanto e de acordo com o princípio da votação por convicção de que tudo está em ordem, diz ser gratificante saber-se que pela primeira vez esta Câmara faz uma aplicação de resultados, por isso, actualmente é mais fácil perceber a diferença entre os Organismos Públicos e as Empresas Privadas, visto que a primeira privilegia o Património, um bem público, enquanto a segunda privilegia a conta capital, como valor primeiro e responsável pela origem societária da fundação. -----

Finaliza com um voto de louvor a todos os que contribuíram para a execução dos documentos e tornar possível uma análise, que pela primeira vez foi feita numa base documental universal, que se fundamenta em critérios de competência, zelo e transparência. -----

MÁRIO JÚLIO: Felicita o executivo municipal e os serviços, pela qualidade dos documentos apresentados, bem como pela sua clareza, profundidade e rigor. Diz que o documento refere-se ao último ano do mandato 2002/2005, o qual foi largamente sufragado pelos cidadãos eleitores do Concelho nas últimas eleições, e como tal, este aval é a maior confirmação que o rumo seguido estava certo. -----

Adianta que de facto, numa época de recessão (interna e externa), de graves crises políticas que têm minado a confiança na classe dirigente, num tempo de enorme angústia e incerteza, consegue este executivo municipal concretizar em termos físicos 85% daquilo a que se propôs. Assim, a conclusão de obras em importantes sectores que vão do saneamento básico às vias estruturantes, da qualificação urbana ao cuidado com o ambiente, da rede escolar à ocupação dos tempos livres dos jovens, à cultura e tantos outros, são a garantia que nesta Câmara o princípio e o fim da sua actividade são as pessoas, são os cidadãos do nosso município. -----

Por tudo isto, diz que a bancada do PSD, orgulhar-se-á em se associar a este desenvolvimento e votará favoravelmente este documento porque quer sempre Mais e Melhor pela nossa Terra. -----

EDUARDO FERREIRA: Relativamente ao mapa de controlo orçamental da despesa verifica-se objectivamente, que esta Câmara está com um nível de execução dos seus compromissos financeiros, em pouco mais de 50%, comentando que quem trabalha tem que receber. -----

Quanto ao factoring, é sabido que este é o modo muitas vezes corrente das empresas garantirem atempadamente a regularização de facturação, no entanto sabe-se que trabalhar assim pode ser um suicídio financeiro. Daí apelar prática de outros meios para resolver financeiramente o modo de cumprir os compromissos desta Câmara, de modo a evitar situações que se podem agravar num futuro próximo. -----

Assim, esclarece o seguinte: Esta Câmara, consegue uma efectivação de receita de somente 44% face ao orçamento. Nesta situação, há efectivamente algo que não está bem. Por análise mais detalhada a este desvio na cobrança da receita de 56%, constatamos que a maior fatia vem da falta de recebimento da Administração Central. Nesta rubrica, esta Câmara só conseguiu uma percentagem de 22,5% dos 17 milhões e meio de euros que pensava receber. Efectivamente algo não está bem. Das duas uma, ou o Estado é desonesto com o Município de Ílhavo e se assim for o CDS repudia energeticamente este modo de proceder, ou a Câmara orçamentou uma receita com base em pressupostos totalmente errados. -----

Comparando directamente os números da receita orçamentada e a efectivamente conseguida, da despesa orçamentada e a efectivamente assumida como paga, verifica-se que esta Câmara cumpriu

aproximadamente 50% da actividade de uma ano, pese embora o tempo de stand-by que mediou o período pré-eleitoral e o pós-eleitoral mas, esta Câmara é a mesma, os intervenientes são os mesmos. -----
Também sobre o mapa de execução do Plano de Actividades Municipais, num total de 7.678.760,22 euros de execução orçamental, o que foi efectivamente pago foram 3.044.267,43 euros. Portanto, cerca de 40%. -
Nesta rubrica, a Câmara comprometeu-se efectivamente a pagar um total de 7.700 mil euros mas, só cumpriu com 30%. Aqui Sr. Presidente, perguntamos quem ficou a perder, se o Concelho por ele todo ou se alguma rubrica que conferindo temos que: Aquisição de livros, menos 45.225,00 euros, fornecimento de refeições ao ensino básico/Secundário, menos 142.531,83 euros, e muito mais. Depois há uma verba maior que é a de resíduos sólidos. -----

Claro que aqui, sabemos que as refeições não ficaram por tomar pelas crianças. Perguntamos por exemplo no caso dos livros, se estes foram efectivamente adquiridos. Também queremos chamar a atenção de que os programas culturais e recreativos não podem demorar a ser recompensados financeiramente. A despesa está feita, e agora, há que cumprir o maior compromisso de todos, que é pagar. -----

Em resumo, o que nos afigura desta apresentação de contas que o POCAL veio dar a conhecer o que é fazer política e depois o que é cumprir essa mesma política através dos compromissos financeiros, é que cada vez mais um político na sua função de Presidente da Câmara tem que saber que os compromissos eleitorais têm que começar a ser mais cometidos a uma gestão que se diz e do que financeiramente se compromete a fazer. -----

E o caso desta situação é a dívida de 14.413.145,93 euros, apresentada a fornecedores. E depois, mais uma dívida sobre o saldo de empréstimos de 15.183.815,87 euros, temos cerca de 30.000.000,00 de euros. Sabemos que é muito dinheiro, que esta Câmara tem em dívida à data de 31/Dez. São quase 6 milhões de contos. O CDS sabe que são valores que de maneira nenhuma são impossíveis de solver mas, temos consciência que começam a ser números preocupantes para uma Câmara desta dimensão. E, tanto mais preocupantes são as dívidas a fornecedores conta/corrente que são muitas vezes os pequenos comerciantes, mesmo de natureza familiar e, estas são dívidas a fornecedores que são os que mais sofrem pela falta desses mesmos recebimentos. -----

Aqui, Sr. Presidente, o CDS, quer ouvir que a curto prazo irá poder satisfazer todas estas dívidas a estes pequenos fornecedores. -----

Pelo Presidente da Mesa foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para responder às citadas questões: -----

1ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): Inicia a sua intervenção esclarecendo que há que definir qual a análise a fazer, isto é, a análise política, onde tudo é admissível ou análise financeira, através da análise dos indicadores no seu pleno. Comenta que a avaliação que ouviu dos membros da oposição é híbrida, visto que não há definição do tipo de análise feita. -----

Constata que quando tomou posse em Janeiro de 1998, encontrou uma Câmara Municipal com todas as contas pagas, saldo bancário positivo e bastante elevado, algo inaceitável numa gestão financeira sensata e correcta. Na realidade actual há a adopção progressiva, do POCAL, e que o próprio documento explica bem demonstrando que ainda há algumas etapas a dar com o fim de obter pleno cumprimento. Posteriormente é enviado para o Tribunal de Contas, o qual apreciará o documento e que seguramente o validará. -----

Realça que este documento tem duas análises financeiras. A primeira está descrita no texto de introdução, páginas 14, 15 e 16, sendo da autoria do próprio. A segunda está descrita no texto mais pormenorizado dessa mesma análise económico/financeira, que está entre a página 20 e a página 25., o qual foi redigido pelos técnicos responsáveis máximos nos serviços, pela gestão contabilística e financeira da Câmara Municipal. -----

Como resposta às questões apresentadas, realça dois aspectos: Primeiro, a Câmara assume com clareza o que já é cumprido quanto às determinações legais. Refere que embora não se tenha apresentado o

mapa relativo à matéria do inventário, esclarece que tudo se encontra definido perante o Tribunal de Conta e que sempre estará. -----

Ao membro Álvaro Ramos esclarece que a avaliação patrimonial da Câmara foi feita pela empresa tida como líder no mercado em Portugal, tendo apresentado um trabalho de grande qualidade, não deixando por isso de existirem alguns defeitos. -----

Refere que o que foi construído no último mandato, isto é, o que foi acrescentado em valor patrimonial ao Município é suficiente para garantir a boa sustentabilidade financeira. Constatou-se duas realidades: a primeira, aumentou-se a dívida a curto prazo, para que um Município com obra poder aumentar essa dívida, recuperando tranquilamente através da sua capacidade financeira no exercício do mandato nos anos de 2006 e 2007. -----

Refere ainda que a Câmara utilizou os instrumentos de planeamento financeiro, afim de se candidatar sem restrições à captação de receita, isto é, a quantidade de candidaturas aos Fundos Comunitários, anda sempre à frente do que vai ser a capacidade da entidade gestora de aprovar projectos. Assim, permite à Câmara obter acesso à chamada reserva de reprogramação e reserva de eficiência do QCA. Exemplo disso, foi a obra do Museu Marítimo de Ílhavo que foi financiada pelos Fundos Comunitários, do CCA, porque houve acesso à reserva de eficiência, isto é houve boa execução das candidaturas que se apresentaram e tiveram aprovação em sede de QCA, tendo obtido boa execução, na medida em que se obteve um elevado número e níveis de execução financeira, obtendo assim acesso a mais recursos financeiros para apoiar o investimento. -----

A realidade actual depara-se com situações estranhas, visto que no último mandato de 2002 a 2005 houve a gestão de quatro governos diferentes e que os mesmos não foram capazes de gerir bem a Nação, não assumindo os compromissos com os candidatos aos Fundos Comunitários. Como consequência as duas obras financiadas do saneamento básico tiveram apenas uma comparticipação financeira de 40% a fundo perdido, quando a candidatura apresentada, bem como o compromisso de quem a aprovou, era de 75% a fundo perdido. Essa redução deveu-se a re-distribuição por um maior número de Câmaras. Opina que fizeram bem, porque na gestão financeira do Município sabe-se qual é a nossa linha vermelha e capacidade de risco. -----

Destaca que a nível de processos judiciais por fundos de tesouros pequenos ou grandes, a Câmara tem zero por não lhes faltar ao fundo de pagamento. -----

Responde a questão colocada pelo membro José Loureiro relativamente à facturação dizendo que a Câmara Municipal de Ílhavo não usa dívida não forma, a não ser aquilo que é normal na dívida não formal, entre o tempo da execução física de uma factura ou da tramitação administrativa, que tem como sequência a tramitação financeira de uma qualquer despesa. No entanto, no primeiro mandato, houve determinadas alturas em que se aplicam outras medidas, visto que o caminho optado nem sempre era o mais correcto, porque era muito difícil a recolocação financeira de quem assenta o montante relevante da actividade de uma Câmara em dívida não formal. -----

Ao membro Rui Pereira, diz que é preciso ser muito demagógico para comparar o concerto do Tony Carreira com o protocolo da Junta de Freguesia. Entende que é preciso fazer saneamento básico, pagar o ordenado aos funcionários, fazer actividade cultural, e fazer festas e os municípios batem palmas e sentem-se bem numa Câmara que é capaz de fazer tudo isto. -----

Relativamente ao factoring, diz que é um instrumento financeiro tranquilo e que o mesmo é utilizado mas não abusado. Há uma dívida de dimensão relevante em factoring e que tem um custo não aceite pela Câmara porque esse custo transforma o factoring em empréstimo, ao qual legalmente não tem havido acesso há dois anos, por limitação do orçamento de Estado. Faz-se contra ponto com a lei de aplicação dos juros, e quando há uma empresa que mete a lei de aplicação de juros em cima da mesa, esse valor é superior em muito aos custos do factoring, fazendo-se uma transposição de um custo para o outro. -----

Constata que existem juros que derivam da taxa de pagamento a alguns fornecedores, nomeadamente a ERSUC, tem esta decisão de debitar juros: Por exemplo, não tem a Associação dos Municípios do Carveiro, como não tinha até Dezembro passado a SIMRIA. -----

Comenta todas as referências feitas anteriormente têm a ver com os nossos compromissos e relação com o Estado, visto que está em dívida para com a Câmara. Exemplo disso é a Biblioteca Municipal, que ainda

está por pagar em mais de 80%, a obra da variante que liga a Estrada da Mota à IP5, num financiamento de 70% a fundo perdido, o Jardim de Infância de Vale de Ílhavo, que tem uma candidatura homologa já pelo próprio Secretário de Estado e da qual ainda não se recebeu qualquer verba, entre outros. -----

Diz que não fica à espera que chegue a aprovação da candidatura, mas que avança com a obra, isto é, desde que haja capacidade financeira para suportar, e para mais tarde equilibrar com as verbas que começarão a chegar, fazendo assim, o controlo dessas mesmas verbas. -----

Indica que em Maio de 2002 foi contraído um empréstimo e do qual não ainda não foi gasto a totalidade da verba. No entanto já foi executada a transferência financeira do banco para a Câmara, pela sua obrigatoriedade. Justifica que não foi feita a negociação com o banco do aumento do período de utilização ou aplicação desse valor para outros objectivos, por causa do que está na letra e no espírito do orçamento rectificativo de 2002, dos OE de 2003, de 2004 e de 2005 e porque entendeu-se que havia um risco objectivo, legal de não ter essa mudança visada pelo Tribunal de Contas e ter um problema de potencial inibição desses montantes, daí surge o tal saldo de cerca 4,2 milhões de euros. -----

Finaliza dizendo que ficou claro que se teve um ano muito positivo naquilo que foi a execução política e a concretização e desenvolvimento de vida das nossas gentes. Tem-se uma Câmara que na análise completa da sua circunstância, naquilo que é o negativo e o positivo e naquilo que á a análise de todos os dados existe uma Câmara que tem uma condição financeira boa e equilibrada. -----

O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

2ª INTERVENÇÃO DO MEMBROS: -----

ÁLVARO RAMOS: Embora o Presidente tenha respondido basicamente a tudo, no entanto comenta que actualmente já é possível verificar qual o património da Câmara porque ele está inscrito nas contas. -----

Comenta que vê com estranheza o membro José Loureiro tecer comentários a este documento visto que, o seu ideário político não admite a concorrência e não prevê a liberdade de mercado. -----

Finaliza dizendo que a Câmara não tem depósitos a prazo, mas tem investimento e prefere que o haja, o que ver oitocentos mil contos depositados a prazo. -----

HUMBERTO ROCHA: Menciona que o Presidente da Câmara continua a não responder directamente às perguntas colocadas pelos membros da Assembleia e a fazer apenas acusações. -----

JOSÉ LOUREIRO: Indica que não entrará em diálogo com o membro Álvaro Ramos, visto que na sua intervenção não mencionou o nome dele. Agradece a constatação do Presidente da Câmara ao confirmar a ausência de inventário tal como mencionado pelo próprio. -----

Refere que está de acordo com o Presidente da Câmara ao referir que o Governo não tem cumprido com os seus compromissos. -----

Relembra que, na última reunião foi abordado o assunto relativamente à obra do CASCI não ter licença de utilização e dessa forma esclarece, dizendo que teve conhecimento de que efectivamente há uma licença passada de utilização daquela casa. -----

Relativamente ao documento diz que é evidente que há duas maneiras de o discutir: a forma política e a forma financeira. Quanto à forma financeira verifica que o documento é constituído por duzentas e setenta páginas, tornando difícil a sua análise. No entanto verifica-se que a gestão é feita através do risco, isto é, ficar a dever aos fornecedores, e para eles é bastante difícil esta situação. -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: -----

2ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): Foi solicitado pelo Presidente da Câmara que a sua intervenção fosse transcrita na íntegra: "Sr. Álvaro Ramos. Os nossos custos financeiros, dos nossos empréstimos a longo prazo, têm um factor variável. Tem um spread que é fixo, mas assentam sobre a taxa euribor, que tem os dinamismos que o mercado determina. Não há volta a dar-lhe. Os nossos custos financeiros são muito baixos. Não é os juros andarem estes cêntimos para cima, que está o nosso problema. Em valor absoluto isso é irrelevante na conta da Câmara, porque os

custos financeiros totais destas operações são muito reduzidos. Portanto, não é aí que temos um problema relevante. -----

A questão da dívida de longo prazo eu esqueci-me de um pormenor. Em 2005, a nossa dívida a longo prazo, se não repararam nisso, desceu em 2004, e vai continuar a descer até nós contrairmos outros empréstimos, como é evidente. Porquê? Porque atingimos o pico do encaixe do empréstimo em 2004. O encaixe total. E portanto, como a nossa Câmara cumpre escrupulosamente o serviço da dívida perante a banca, o montante total dos empréstimos, da dívida a médio e longo prazo, reduziu-se em 2005 face a 2004, e isso voltará a acontecer, neste ano de 2006. Queria dar esta nota que não referenciaram e que julgo que é importante. -----

Sr. Dr. Humberto Rocha. Eu obviamente não vou perder tempo a acompanhá-lo na construção da falta de dignidade desta Assembleia deste Concelho. -----

O Sr. Dr. Humberto Rocha; Vai ficar cada vez mais sozinho nesses seus exercícios de atentar em primeiro lugar, contra a sua dignidade. Mas a si já o conhecemos todos, e perdoamos-lhe quase tudo. Como o Sr. sabe, no seu longo curriculum de disparates políticos, perdoamos-lhe quase tudo. Tranquilo da vida, porque gostamos de si. Achamos que o Sr. é um homem bom. Gostamos de si. -----

Já em relação a outras matérias, a questão é diferente. E portanto, Sr. Dr., vai ficar sozinho nas tentativas de agressão física que já tentou materializar nesta Assembleia, e nestes insultos primários com que me presenteia, como aquele que referenciou. Portanto, vai ficar sozinho independente de ficar sentado, ou em pé, vai ficar sozinho. -----

Mas eu vou explicar para o Sr. Dr. Humberto Rocha perceber, vou repetir a resposta que dei, porque eu respondi a todas as perguntas que o Sr. Dr. Humberto fez, mas vou responder outra vez; solicitando ao Sr. Presidente da Mesa, que zele para que a minha resposta seja o mais completa possível na acta, e que a possamos imprimir depois em formato gigante para que o Sr. Dr. Humberto Rocha tenha aceso fácil à letra desta resposta. -----

O Sr. Dr. Humberto Rocha colocou-me as seguintes perguntas: -----

-O documento referencia que a Câmara tem capacidade quase plena de cumprir os seus objectivos, e depois o Sr. Dr. dá como exemplo, que nega essa referência, que apenas executamos 48,9%, e que portanto, não é possível. Que este número é contraditório com tal afirmação. -----

A nota disto, é que a Câmara, quando se fala em execução, há vários tipos de execução. E eu nas páginas 14, 15 e 16, estão todos os índices de execução que normalmente se usam para fazer a análise financeira de uma conta de uma Câmara Municipal, e a execução tem que ser vista. Se nós consideramos a dívida para análise financeira, quando olhámos à execução, temos que olhar à execução paga e não paga, como é evidente. Não podemos olhar para a dívida, porque é um "dado" negativo, e não olhar para a dívida que quer dizer "lado positivo", sobre obra feita, que houve objectivos concretizados fisicamente. E portanto, está descrito preto no branco, que em termos da dimensão orçamental total, executamos 87,4%, sendo que este valor é execução, e tem dentro de si, uma parte da execução que foi paga, e a outra parte da execução que não foi paga. -----

Portanto, esta é a nota clara que permite dizer que temos capacidade quase plena de cumprir os nossos compromissos. -----

A outra questão que o Sr. Dr. Humberto me colocou, foi a diferença de valor. A diferença do gasto, com o recolhido. -----

Eu também expliquei. Vou repetir. -----

Falta-nos gastar em pagamentos a fornecedores, os tais cerca de 3,8 milhões de euros, que são o valor quase total do saldo que transitamos. Que a maior parte deste valor respeita ao Centro Cultural de Ílhavo, que todos sabemos que está em obra, e depois há mais duas obras que ainda não começaram, e que têm verbas cativas desse empréstimo. Zona Industrial da Gafanha de Aquém, e Piscina da Gafanha da Encarnação. Eu também expliquei porque é que não tentamos alterar o prazo de utilização do empréstimo, e os objectivos do empréstimo, por força de determinações das leis orçamentais desde 2002, que queriam dizer um risco objectivo de termos essa operação de alteração chumbada, e isso traria inibição de utilização desses recursos financeiros. -----

Portanto, foram estas duas questões que o Sr. Dr. Humberto me colocou, e eu respondi no âmbito das respostas globais que fiz a todos os membros da Assembleia, e que agora repeti com toda a clareza, e com toda a correcção como gosto de fazer para com os membros da Assembleia Municipal, independentemente de às vezes se zangarem muito comigo por eu falar muito. Mas o falar muito, é apenas tentar responder o melhor que sou capaz, sendo que as respostas muitas vezes, não são do agrado, ou da concordância de quem as ouve. Mas isso, faz parte da dialéctica política. -----

Sr. José Alberto Loureiro, eu não lhe peço nada, mas acho útil para o debate político que não desvirtue as minhas palavras, porque fê-lo de duas formas. -----

1ª- Eu não disse que não existia inventário. Eu disse que há inventário. Está feito. São dois metros de papeis todos empilhados em altura, e que há inventário. A Câmara tem inventário feito. -----

Aquilo que existe, é que transposição do inventário que está feito para os mapas do POCAL, esse trabalho não está terminado. Os serviços não têm terminado, e é esse mapa que falta à conta. Isto é uma coisa bem diferente da Câmara não ter inventário. A Câmara tem inventário. Está feito. E foi isso que eu disse. Toda a gente o pode consultar. Os tais dois metros de papel, que não são possível transpor. Como é que se transpõe? Com os tais mapas do POCAL que nós assumimos. Está escrito num documento anexo que vai para o Tribunal de Contas, que a Câmara explica porque é que não tem esse documento pronto, embora referencie que tem o trabalho de inventário feito, e alguns mapas que aqui estão, deixam-no provado, o tal valor de oitenta milhões de euros, deixam-no como prova. Ele sai. É como se fosse uma súmula, dos tais outros mapas em que se cadastra todo o inventário, o tal que está nas pastas com fotografia, com tudo. ----

Portanto, o que eu digo, é que os Srs. membros podem aceder a isso, solicitando como é evidente, e como o fez já noutras matérias. -----

A outra questão, é a questão da seriedade. -----

Eu não me perturbo muito com estes ataques à minha seriedade. Mas dizer à Assembleia que passam por nós, pela mão do Eng.º Marcos Ré, milhares e milhares de papeis e de decisões, e não há processo de obras nenhum para nós, e esta Câmara gere mais ou menos, uma média de seis mil processo de obras por ano. Não há para nós nenhum processo de obras, que seja mais importante do que qualquer outro. São todos importantes. -----

Não nos apareceu na nossa memória, e deixei na ressalva bem clara na minha exposição, não apareceu na minha memória e na do Eng.º Marcos Ré, uma licença de utilização passada em Outubro de 2005. ----

Tem toda a tranquilidade do mundo. Em nada altera aquilo que disse nessa data. Portanto, estes exercícios primários, de tentativa de por em causa a seriedade das pessoas, são dispensáveis. Eu e o Eng.º Marcos Ré, dispensamos esses exercícios, mas não dispensamos o exercício de estarmos sempre disponíveis para clarificar as matérias, e esta tem a importância que tem, e para a conta de gerência de 2005, é de importância nula, porque a afectação que teve em termos de receita e despesa, para a nossa estrutura de conta, é absolutamente irrelevante". -----

O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

3ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

ÁLVARO RAMOS: (DIREITO DE RESPOSTA): Sentiu-se na obrigação de dar uma explicação por o tema em discussão ter sido durante quarenta anos a sua área de trabalho, a contabilidade, e por isso não foi sua intenção reprovar os comentários de ninguém, no entanto justifica que cada pessoa deve opinar sobre as matérias que dominam. -----

VOTAÇÃO (APLICAÇÃO DO RESULTADO) -----

PROPOSTA: -----

O Presidente da Assembleia Municipal leu a proposta acima referida, do seguinte teor: -----

“Por força da aplicação do POCAL à Câmara Municipal de Ílhavo, e nos termos do seu ponto 2.7.3-Resultado Líquido do exercício, relativo aos Critérios e métodos específicos, proponho, que, ao resultado líquido do exercício de 2005, no montante de Euros 4.4.83.793,11 se dê a seguinte aplicação: -----

Património Adquirido 4.259.603,45 Euros -----
Reservas Legais 224.189,66 Euros-----
Ílhavo, aos 15 de Março de 2006-----
O Presidente da Câmara Municipal -----
Ass)- José Agostinho Ribau Esteves" -----

Submetida a votação, foi deliberado aprovar por maioria, com 16 votos a favor do PSD, 7 oito votos contra do PS e CDU, e a abstenção do CDS-PP e do membro Júlio Merendeiro. -----
Para efeitos imediatos, esta deliberação foi aprovada em minuta. -----

VOTAÇÃO [PRESTAÇÃO DE CONTAS (RELATÓRIO CONTAS)-2005]: -----

Submetida a votação, foi deliberado aprovar por maioria, com 16 votos a favor do PSD, 8 oito votos contra do PS e CDU, e uma abstenção do CDS-PP. -----
Para efeitos imediatos, esta deliberação foi aprovada em minuta. -----

DECLARAÇÕES DE VOTO: -----

Membros afectos ao PS: -----

"A leitura da Prestação de Contas da CMI de 2005 veio confirmar tudo aquilo que havíamos apontado como negativo aquando da análise das GOP'S para 2005. -----

Efectivamente, a assunção de riscos demasiado por parte dos gestores da Câmara Municipal no que concerne à cativação de receitas, conduziu ao esperado resultado desastroso: -----

*Na cativação de Fundos Comunitários- FEDER (apenas 13,2% do previsto). -----

*Na venda de bens e investimento (apenas 24,5% do previsto). -----

*Nos Rendimentos de Propriedade também apenas se conseguiram encaixar 296.000 Euros de um total previsto de 2.070.000 Euros. -----

*Na Venda de Bens de Investimento, onde apenas conseguiu concretizar 24,5% do previsto (dos 4 milhões de Euros previstos com a venda de bens, apenas se concretizaram uns meros 986 mil e Euros. Erro clamoroso, duma gestão desastrosa! -----

*A execução financeira, paga, em relação às GOP'S foi de 38,5%, ficando em dívida 46,5%! -----

*Da despesa total apenas foi paga 48,9% e a não paga 38,5%! -----

Coitados dos fornecedores e empreiteiros! -----

Esta deficiente gestão dos dinheiros públicos da Câmara Municipal de Ílhavo traduziu--se numa dívida acumulada em 2005, de mais de 30 milhões de Euros (cerca de metade a curto e outra metade a longo prazo). -----

A dívida a curto prazo aumentou 80% em 2005! -----

Ou seja, graças à gestão desastrosa deste executivo, cada munícipe do concelho de Ílhavo é responsável por cerca de 800 Euros (160 contos) de dívida não paga e que todos teremos de assumir. -----

Será que vem aí mais um empréstimo de milhões de Euros? -----

Não é aceitável tamanha falta de acerto e de previsão orçamental, para quem se julga fazer uma gestão empresarial! Mal das empresas que tivessem tais gestores! -----

Não é aceitável, por muito que se firma o contrário, um nível de endividamento como o que se atingiu em 2005 num município como o nosso: -----

O rotundo falhanço na previsão das receitas, tal como nós havíamos apontado nas GOP'S 2005, traduz uma total falta de perspectiva das realidades. -----

Porque, não tenhamos dúvidas, seremos todos nós quem vai pagar estes delírios despesistas. -----

Sempre dissemos que as GOP's 2005 eram irrealistas e que não haveria, com toda a certeza, receita suficiente para cobrir adequadamente a despesa prevista. -----

Cabe-nos por isso perguntar, então, onde estão as obras há tanto tempo prometidas: -----

-Requalificação urbana da E.N. 109. -----

-Novo Quartel dos Bombeiros. -----

-Complexo Escolar da Senhora do Pranto. -----
-Edifício para Jardim-de-infância e ATL e Cantina da Barra. -----
-Complexo Escolar da Cale da Vila. -----
-Jardim de Infância da Ermida. -----
-Nova Escola Básica do 1º Ciclo da Gafanha d´Aquém. -----
-Habitação Social. -----
-Recupera Ílhavo que sucesso? Quantos projectos? -----
-Revisão do P.D.M. como está? -----
-Planos de Pormenor- quantos estão terminados? -----
-Marina da Barra. -----
-Quinta da Boavista. -----
-Áreas urbanas degradadas. -----
-Barra Sul. -----
-Ermida. -----
-Colónia Agrícola. -----
-Urbanização- Porque não se concretizaram: -----
-Rotunda dos Moitinhos. -----
-Rotunda do Cruzamento da Vista Alegre/Gafanha da Boavista. -----
-Av: Mário Sacramento. -----
-Av. Fernando de Magalhães. -----
-Jardim Oudinot- como está? -----
-Praias fluviais? -----
-Revitalização do Cinema Velho? -----
-Capela e Azenha da Ermida? -----

2006/04/13 -----

Pel´ Os Membros do PS da Assembleia Municipal -----
Ass)- Humberto Rocha". -----

Membro José Loureiro: -----
"As contas da Câmara do ano de 2005, vêm finalmente pôr a nu a forma pouco criteriosa como foram gastos as receitas do ano. -----
Para além de mais, o extraordinário aumento da dívida aos fornecedores poderá vir a colocar em causa pequenas e médias empresas cuja sobrevivência é cada dia mais difícil. -----
Por tudo isso votamos contra as contas. -----
Ílhavo, 13 de Abril de 2006-----
O Deputado do P.C.P. -----
Ass)- José Alberto Ramos Loureiro" -----

Membro Eduardo Ferreira: -----
"O CDS- Partido Popular, consciente da necessidade de aprovação das contas de 2005 e, igualmente considerando um excesso de saldo em conta corrente de fornecedores, muitas vezes de cariz familiar o que provoca sérios transtornos financeiros mas, consciente igualmente que esta Câmara tudo irá fazer para num curto espaço de tempo corrigir esta situação, por tudo isto, o CDS-PP vota pela abstenção. -----
Ílhavo, 2006.04.13 -----
Ass)- Eduardo Manuel Simões Ferreira".-----

Ponto 4 - Apreciação e Votação da Primeira Revisão às Grandes Opções do Plano e ao Orçamento CMI 2006; -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: -----

1ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA: Informa que é nota formal obrigatória fazer a integração do saldo. Embora não haja nenhuma relevância em termos de distribuição destas verbas é um documento que tem toda a normalidade daquilo que estava já assumido como previsto no nosso instrumento de planeamento, e portanto, mantêm-se a substância política das opções. Em suma, é um mero exercício contabilístico sem qualquer relevância. -----

O Presidente da Assembleia deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS. -----

EDUARDO FERREIRA: Constata que como grande novidade através do Aveiro Digital, verificou a inovação na colocação, via internet, de determinada documentação com acesso restrito. -----

Quanto à 1ª Revisão ao Orçamento aborda a questão da revisão ao orçamento da despesa, visto que ela é alterada para mais. Comenta que é uma situação que todas as Câmaras Municipais fazem, mas o que pretende saber é se os 4 milhões de Euros, que é a diferença entre o reforço e as anulações da despesa são efectivamente suportados por uma receita objectiva. Assim, considerando a já anterior e primeira discussão deste documento e a declaração de voto apresentada, informa que continuará com a mesma objectividade votar pela abstenção. -----

ÁLVARO RAMOS: Começa por chamar à atenção para a declaração de voto exaustiva e que foi lida anteriormente à sua intervenção, na medida em que é uma maneira de subverter os procedimentos legais dos trabalhos de uma Assembleia Municipal, visto que parece uma extensão da discussão da Ordem de Trabalhos. -----

Indica que relativamente ao ponto o Presidente da Câmara já explicou praticamente tudo, comentando que esta 1ª revisão não faz mais do que proceder à decomposição do saldo por rubricas. Por isso, e apesar das inevitáveis diferenças de opinião, que resultarão de opções políticas, é inevitável a aprovação pelo grupo que suporta a Câmara, nesta Assembleia Municipal. -----

Pelo Presidente da Mesa foi dada a palavra ao Presidente para uma segunda intervenção -----

2ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): Ao membro Eduardo Ferreira responde que o reforço de verbas no Aveiro Digital não tem nada a ver com os objectivos que os nossos projectos cumprem, apenas tem-se aproveitado para fazer reprogramação financeira nalguns deles, das quais destaca o projecto INFORDICO, ligado ao Museu Marítimo de Ílhavo, afim de aproveitar esta oportunidade financeira para atingir mais alguns objectivos dentro do âmbito restrito do projecto. No fundo, tudo aquilo que tem a ver com a situação administrativa, com a situação de informação, com a instalação da Intranet e novos serviços na Internet, têm esses objectivos fixados desde o princípio desses projectos, estando brevemente a disponibilizá-los ao público e talvez, aplicado à realidade da Assembleia Municipal, embora com algumas dúvidas, visto que quando se coloca informação num espaço reservado da Internet, ou quando se entrega um CD, há um conjunto de coisas na sua rotina que têm que mudar objectivamente. -----

Finaliza dizendo que em relação ao suporte objectivo da despesa, a esmagadora maioria desta verba é empréstimo e sobre isso encontra-se tudo esclarecido. -----

VOTAÇÃO: Submetida a votação foi deliberado por maior, com os votos a favor do PSD, e a abstenção do PS, CDU e CDS-PP. Para efeitos imediatos, esta deliberação foi aprovada em minuta. -----

Ponto 5- Apreciação e Votação da adesão do Museu Marítimo de Ílhavo / Câmara Municipal de Ílhavo à *Internacional Congress of Maritime Museums*. -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: -----

De forma muito sumária, explica que o Museu tem hoje capacitação suficiente para ser parte importante desta entidade e para retirar dela um conjunto de ganhos através de troca de experiência. Actualmente, o único Museu Português que integra o ICM, é o Museu de Marinha, e já temos além do mais, um

desenvolvimento de um conjunto de acções com o Museu de Marinha, por força desta nossa decisão que tomamos na Câmara e aguarda que seja tomada também pela Assembleia Municipal. -----
Diz que é mais um sinal de que o Museu é capaz de dar fruto do seu crescimento, fruto da afirmação que tem no espaço nacional e cada vez mais no espaço internacional, nomeadamente na área dos Museus Marítimos. Portanto, há o maior gosto de sentir utilidade nesta adesão, em 1ª instância para o nosso Museu, mas seguramente sabe que também podemos ser úteis para museus congéneres pelo mundo fora.

Em suma, é um passo de crescimento, uma aposta feita no âmbito do processo de expansão da presença do Museu Marítimo, nos quatro cantos do mundo. -----

O Presidente da Assembleia deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS. -----

EDUARDO FERREIRA: Refere que o CDS-PP concorda em pleno que o Museu Marítimo abra portas para o exterior, sempre com o objectivo de crescer e ser enriquecido com outras associações museológicas, bem como com novas instituições do mesmo ramo. -----

Finaliza, dizendo que perante esta situação ganha o Museu, o Concelho, e sobretudo quem ganha é o passado das pescas que este Concelho no seu apogeu muito contribuiu para o desenvolvimento de Portugal. -----

ÁLVARO RAMOS: Sobre esta adesão parece-lhe justo realçar a forma meticulosa como a proposta é apresentada, adicionando os documentos necessários e chamando à atenção para a importância da adesão do Museu Marítimo ao *Internacional Congress of Maritime Museums*, é claro e evidente que num mundo cada vez mais globalizado, o Museu Marítimo de Ílhavo tem um historial de peso, está de acordo com a importância que os dirigentes lhe consigam imprimir, dar um contributo internacional dando a conhecer a outros povos, a história deste povo e a permanente diáspora em que o Povo Português tem tido ao longo da sua história. -----

MÁRIO JÚLIO: Demonstra o seu apoio à referida proposta visto que, pela maturidade que o Museu atingiu, pode estar numa relação de reciprocidade com outros museus seus congéneres. Em Portugal, apenas o Museu da Marinha que é reputadíssimo, e outros a nível mundial fazem parte e portanto o nosso Museu só pode tirar ganhos e também pode ajudar as outras instituições congéneres. Assim, projecta-se o Concelho e o Museu. -----

VOTAÇÃO: Submetido este assunto a votação, foi deliberado por unanimidade aprovar o mesmo. -----

O Presidente da Mesa informou que terminada a Orem do Dia dava de imediato a palavra ao público. Não havendo público para intervir, deu por finda a reunião pelas 23H40. -----

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta que eu, Carlos Sarabando, 1º Secretário, redigi, subscrevi e assinei conjuntamente com o Sr. Presidente da Mesa. -----

O Presidente da Mesa _____

O 1º Secretário _____

ESTA ACTA FOI APROVADA POR UNANIMIDADE NA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 28/06/06